Mestrado Profissional Interdisciplinar

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

1ª APP: Período de 9 a 14 de abril de 2018

Atividade Programada de Pesquisa

“APP Rio Madeira”

1ª APP: Período de 9 a 14 de abril de 2018

Atividade Programada de Pesquisa

“APP Rio Madeira”

O DHJUS investe parte considerável de seu orçamento em atividades programadas de pesquisa, planejadas em conjunto com corpo docente e discente para que os estudantes pesquisadores possam interagir com os problemas de nossa realidade em ações de campo.

Essas ações têm a finalidade de investigar fenômenos sociais, promover a interação com a sociedade e sensibilizar o corpo discente para a complexidade do cenário amazônico.

Em 2018, a APP foi responsável por visitas técnicas a áreas de risco atingidas por desastres socioambientais; visitas a instituições-chave para o controle do desenvolvimento da justiça; interlocução com comunidades e agentes políticos diversos, representantes de movimentos sociais e grupos não-governamentais; promoção de debates e estudos de casos a partir de relatos de pessoas e grupos vulneráveis, com dificuldade de acessar e efetivar direitos.

Para esta APP o PPG/DHJUS planejou uma visita de estudos sobre os impactos socioambientais e humanos produzidos pelas grandes obras econômicas no Rio Madeira (usinas hidrelétricas) e pela cheia histórica de 2014.

Distrito de São Carlos, alagado pela cheia do Rio Madeira (Foto: Decom/divulgação)

São milhares de processos no Poder Judiciário local, cada um deles representando uma face do mosaico humano e cultural afetado por ações desenvolvimentistas que chegam à justiça para avaliação.

Barqueiros lucram com a cheia histórica do Rio Madeira (Foto: Ivanete Damasceno/G1)

Com as APP's retiramos os estudantes da sala de aula e produzimos o confronto entre o saber acadêmico e o saber e a realidade das pessoas comuns que mais precisam de uma justiça efetiva.

Ponte Rio Araras, acesso para Nova Mamoré
(Foto: Departamento de Comunicação 17ª Brigada)

Foto: Adalberto Marques/ Integração Nacional
Porto Velho- RO, 17/02/2014- Chuva causa enchentes e estragos em Porto Velho.

Descrição: A APP Rio Madeira foi projetada ao longo de um trabalho de mais de 6 meses, envolvendo diálogos, negociações com comunidades tradicionais, levantamento de informações, participação em debates legislativos e diversas outras iniciativas integradoras que firmam o DHJUS como verdadeiro e importante interlocutor social.

INTEGRANTES DA APP:

Acadêmicos DHJUS Turma 2017:

1. ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO
2. ALVARO KALIX FERRO
3. CATIA CRISTINA DA SILVA
4. CLAUDIA VIEIRA MACIEL DE SOUSA
5. DALLIANA VILAR LOPES
6. DANIELA CHRISTINA KLEMZ ELLER SITYA
7. ELIVANIA PATRICIA DE LIMA
8. GUSTAVO DANDOLINI
9. HARUO MIZUSAKI

10. ILISIR BUENO RODRIGUES
11. JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL
12. JUCILENE NOGUEIRA ROMANINI MATTIUZI
13. JULIANA COUTO MATHEUS MALDONADO
14. KERLEY REGINA FERREIRA DE ARRUDA
15. MARCELO XAVIER DA SILVA
16. PRISCILA MATZENBACHER TIBES MACHADO
17. ROBERTO GIL DE OLIVEIRA
18. SABRINA CORONA BUTZKE
19. SAMILE DIAS CARVALHO
20. URSULA GONCALVES THEODORO DE FARIA SOUZA

Acadêmicos DHJUS Turma 2018:

1. ACIR TEIXEIRA GRECIA
2. ANDRE VILAS BOAS GONCALVES
3. APARECIDA MARIA DA SILVA FERNANDES
4. CAMILA BATISTA FELICI
5. DANILO AUGUSTO KANTHACK PACCINI
6. FABIO AUGUSTO ALMEIDA DO NASCIMENTO
7. IGOR VELOSO RIBEIRO
8. JOAO VALERIO SILVA NETO
9. JOESER ALVARES DA SILVA
10. JOSE ANTONIO ROBLES
11. JOSE JORGE RIBEIRO DA LUZ
12. JULIANA MENDES DE OLIVEIRA WAGNER
13. JULIO CESAR DE SOUZA FERREIRA
14. LUCAS NIERO FLORES
15. MARCIA CRISTINA RODRIGUES MASIOLI MORAIS
16. MARISA DE ALMEIDA
17. PALOMA CARVALHO LIMA
18. REJANE DE SOUSA GONÇALVES FRACCARO
19. RENATA MIRANDA DE LIMA
20. RINALDO FORTI DA SILVA
21. ROMULO BASSETTI DE SOUZA
22. SAIERA SILVA DE OLIVEIRA
23. WANDERLEY JOSE CARDOSO

Docentes DHJUS

1. Aparecida Luzia Alzira Zuin
2. Delson Fernando Barcellos Xavier
3. Estevao Rafael Fernandes
4. Márcio Secco
5. Marco Antônio Domingues Teixeira
6. Osmar Siena
7. Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos
8. Rodolfo de Freitas Jacarandá
9. Thaís Bernardes Maganhini

Total de participantes na ação:

43 acadêmicos (pós-graduandos DHJUS das turmas 2017 e 2018);

9 docentes DHJUS;

30 participantes da sociedade civil organizada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

i) **Visita de campo:** Durante a realização da APP investigou-se questões socioambientais e as problemáticas dos Direitos Humanos das populações e comunidades impactadas pelas obras das usinas hidrelétricas (UHEs) do Rio Madeira.

ii) **Intercâmbios científicos entre PPGs:** para o debate sobre as questões observadas na visita de campo, realizou-se mesa-redonda. A temática apresentada tratou dos impactos provocados pelas grandes obras das UHEs e pela enchente histórica do rio Madeira de 2014. Com mediação da Dra. Aparecida Zuin (DHJUS), reuniram-se os Drs. Artur Moret (PPDRA), Ronaldo Almeida, Luís Fernando Garzon (PPDRA) e o Me. Roberto Carlos Andrade; e a engenheira ambiental Andreia Konasugawa Pereira.

iii) **Aplicação de questionários:** A mestranda Ursula Gonçalves Theodoro de Faria Souza, durante a vista de campo, aplicou questionários com o público-alvo da sua investigação, a fim de subsidiar o projeto de pesquisa desenvolvido no DHJUS.

CONVIDADOS DO 1º DIA

- **i)** Dr. Artur Moret (PPDRA)
- **ii)** Ronaldo Almeida
- **iii)** Luís Fernando Garzon (PPDRA)
- **iv)** Me. Roberto Carlos Andrade
- **v)** Engenheira ambiental Andreia Konasugawa Pereira.

Foto: Ascom Emeron. Disponível em: https://emeron.tjro.jus.br/noticias/408-primeiro-dia-da-atividade-de-pesquisa-do-mestrado-em-direitos-humanos-e-justica-tem-mesas-redondas-sobre-a-cheia-de-2014

Foto: Ascom Emeron. Disponível em: https://emeron.tjro.jus.br/noticias/408-primeiro-dia-da-atividade-de-pesquisa-do-mestrado-em-direitos-humanos-e-justica-tem-mesas-redondas-sobre-a-cheia-de-2014

Autoridades debatem questões judiciais envolvidas nas obras do Rio Madeira e cheia de 2014

10 Abril 2018 (Texto Ascom/Emeron)

Ao final da tarde de ontem, 9, a última mesa do primeiro dia de Atividade Programada de Pesquisa (APP) do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS), entrou mais a fundo nas questões judiciais que envolvem as obras das usinas hidrelétricas do rio Madeira e a cheia de 2014.

Foto: Ascom Emeron. Disponível em: https://emeron.tjro.jus.br

Mediada pelo desembargador José Jorge da Luz, trouxe como convidados os representantes da Justiça Federal, juiz Dimis Braga; do TJRO, desembargador Miguel Mônico Neto; do Ministério Público Federal, perita Rebeca Ferreira; do Ministério Público Estadual, procuradora Aidée Torquato; da Ordem dos Advogados do Brasil, Ezequiel do Espírito Santo; e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/RO), superintendente Carlos Alberto Paraguassu, além de advogados representantes do consórcio de Jirau.

A procuradora Aidée lembrou que desde 2006 o MP acompanha a questão, quando começaram as obras das usinas. O órgão firmou termo de compromisso para análise do estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) e promoveu várias audiências públicas, ações coletivas e medidas cautelares, tendo um grupo de trabalho sobre o assunto

constituído desde 2009. Ela considera os danos ambientais advindos das usinas como irreparáveis e os impactos sociais trágicos, com uma população idosa deprimida ou ociosa e com índice preocupante de suicídio, e lamentou a falta de estrutura do Ibama para o controle das licenças ambientais, que acaba sendo feito pelos próprios empreendedores.

O superintendente estadual do Ibama lembrou que, inicialmente, a população era a favor das obras e que, em 2014, foi feito um plano integrado de reconstrução e prevenção de desastres, do qual participaram a maior parte das instituições representadas na mesa. O plano era dividido em escopos, como meio ambiente, no qual pretendia reassentar todos os desalojados dentro de um ano, e saúde, inclusão social e infraestrutura, porém teve avanços tímidos. Por fim, ele também alertou para as doenças "invisíveis", comportamentais ou psíquicas, que se alastraram nessas comunidades, além da maior incidência de hanseníase da região Norte e aumento do nitrato na água, após a cheia.

Foto: Ascom Emeron. Disponível em: https://emeron.tjro.jus.br

Ezequiel, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB, focou a sua fala em torno da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos tradicionais, que em seu artigo 8º garante o direito desses povos de conservarem seus costumes e que portanto os deslocamentos forçados teriam sido violações de Direitos Humanos. Ele disse ainda que, na época da construção das usinas, os laudos apresentados por autoridades como a CPRM (Serviço Geológico do Brasil) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não foram conclusivos, o que indicaria possibilidades de impacto ambiental. A OAB também fez laudos de impacto social, indicando o choque cultural.

A perita do MPF falou de suas experiências no Triângulo e Abunã em 2015, junto aos pescadores tradicionais, e justamente sobre a destruição

cultural que presenciou e os indícios de etnocídio, extinção de etnia, em curso. Também frisou que os impactos culturais são irreversíveis e que a convenção da OIT salienta que os povos tradicionais não podem ser realocados e, quando esse deslocamento é imperativo, deve ser realizado de forma coletiva e não em caráter de êxodo.

O juiz federal Dimis Braga discursou sobre as ações que correm em âmbito federal e ressaltou que os impactos causados pela construção das usinas hidrelétricas são muito maiores no campo social do que no campo material. Segundo o juiz, a justiça pode auxiliar na promoção do ressarcimento dos danos patrimoniais dos atingidos, mas não poderá reverter as alterações sociais provocadas na cidade, como o aumento da criminalidade e a destruição das tradições locais.

Foto: Ascom Emeron. Disponível em: https://emeron.tjro.jus.br

Finalizando os debates do primeiro dia, o desembargador Miguel Mônico Neto, apresentando os conceitos acadêmicos de meio ambiente, afirmou que o meio ambiente não pode ser prejudicado por interesses econômicos privados e que há a necessidade de colocar a dignidade humana no centro das decisões políticas e econômicas, evitando situações como as que ocorrem em Rondônia ou mesmo em Mariana, em Minas Gerais.

Fonte: Assessoria de Comunicação – Emeron
Permitida a reprodução mediante citação da fonte Ascom/Emeron
Acompanhe-nos nas redes sociais: twitter.com/emeron_rondonia e facebook.com/EmeronRO

A semana de programações da APP, destinada às turmas de 2017 e 2018 do mestrado, segue até 14 de abril, com visitas de campo.

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Os mestrandos realizaram o reconhecimento das áreas impactadas pelas alterações do leito do rio em Porto Velho, com visitas a Abunã, Bairro Triângulo e Baixo Madeira, e também às instalações da UHE Jirau e unidades habitacionais onde foram reassentados moradores atingidos pela enchente.

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Foto: Arquivo pessoal Aparecida Zuin

Porto Velho-RO, abril de 2018.